



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*O século XX escolheu a democracia como forma predominante de governo e, para legitimá-la, as eleições pelo voto da maioria. O momento eleitoral passou a mobilizar as energias da política e trazer ao debate as questões públicas relevantes. No entanto, demagogias de campanha e mandatos mal cumpridos foram aos poucos empanando a festa de cidadania do sufrágio universal.*

*Pierre Rosanvallon propõe como um dos critérios para avaliar o grau de legitimidade de uma instituição a sua capacidade de encarnar valores e princípios que sejam percebidos pela sociedade como tais. Assim como a confiança entre pessoas, legitimidade é uma entidade invisível. Mas ela contribui para a formação da própria essência da democracia, levando à adesão dos cidadãos. Afinal, a democracia repousa sobre a ficção de transformar a maioria em unanimidade, gerando uma legitimidade sempre imperfeita. O consentimento de todos seria a única garantia indiscutível do respeito a cada um.*

*Mas a unanimidade dos votos é irrealizável. Por isso a regra majoritária foi introduzida como uma prática necessária. Na democracia os conflitos são inevitáveis, porque governar é cada vez mais administrar os desejos das várias minorias em busca de consensos que formem maiorias sempre provisórias. Há, assim, uma contradição inevitável entre a legitimidade dos conflitos e a necessidade de buscar consensos. Fazer política na democracia implica escolher um campo, tomar partido.*

*Quanto mais marcadas por divisões sociais e por incertezas, mais as sociedades produzem conflitos e necessitam de lideranças que busquem consensos. Como o papel do Poder Executivo é agir com prontidão, não lhe é possível gerir a democracia sem praticar arbitragens e fazer escolhas. Mas também não há democracia sem o Poder Judiciário, encarregado de nos lembrar e impor um sistema legal que deve expressar o interesse geral momentâneo; igualmente ela não existe sem as burocracias públicas encarregadas de fazer com que as rotinas administrativas essenciais à vida em comum sejam realizadas com certa eficiência e autonomia.*

(Gilberto Dupas. **O Estado de S. Paulo**, A2, 17 de janeiro de 2009, com adaptações)

1. De acordo com o texto,
- (A) a autonomia de uma rotina administrativa é um dos fundamentos essenciais à existência de uma verdadeira democracia.
  - (B) o regime democrático, apesar de sua validade no momento eleitoral, torna-se ilegítimo por não conseguir o pleno consenso da maioria da população.
  - (C) a democracia constitui a legítima forma de governo, apesar do abuso demagógico de alguns políticos.
  - (D) os mandatos conferidos pelo sufrágio universal devem ser integralmente cumpridos pelos políticos eleitos.
  - (E) a legitimidade de uma democracia só estará garantida se houver um consenso entre a maioria das pessoas.

2. Segundo o autor,
- I. basear-se em opiniões alheias para a tomada de certas decisões pode originar conflitos que ponham em risco a ordem pública essencial em regimes democráticos.
  - II. respeitar a vontade da maioria é uma prática democrática que se impôs pela impossibilidade de haver unanimidade no trato de questões de ordem pública.
  - III. estabelecer um consenso entre as mais variadas opiniões existentes em grupos minoritários coloca em risco a legitimidade de uma democracia.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, somente.
  - (B) II, somente.
  - (C) I e III, somente.
  - (D) II e III, somente.
  - (E) I, II e III.

3. A *contradição inevitável* a que o autor alude, no 3º parágrafo, refere-se
- (A) à definição do momento eleitoral mais apropriado e à legitimação desse pleito com a escolha determinada pela maioria dos eleitores.
  - (B) ao verdadeiro grau de legitimidade de uma instituição e à confiança nessa instituição depositada pela maioria de seus representantes.
  - (C) à existência de conflitos e à ausência de unanimidade que exigem até mesmo a tomada de decisões arbitrárias, dentro do processo democrático.
  - (D) à necessidade de legitimação de uma democracia pelo consenso obtido na representação das minorias.
  - (E) à importância de um debate público sobre questões políticas relevantes e ao inevitável surgimento de conflitos entre opiniões divergentes.



<p>4. O desenvolvimento do texto apresenta-se como</p> <p>(A) defesa apaixonada dos regimes democráticos estabelecidos no século XX, essenciais para garantir o consenso absoluto entre a maioria dos cidadãos.</p> <p>(B) descrença, apoiada na opinião de outro especialista, na legitimidade de regimes democráticos que não conseguem estabelecer consensos entre os cidadãos.</p> <p>(C) discussão aprofundada sobre a ineficácia de certos regimes democráticos, apesar da legitimidade conferida pelos votos da maioria.</p> <p>(D) crítica velada à superposição de atribuições aos Poderes, especialmente quanto ao Executivo e ao Judiciário, nos regimes democráticos do século XX.</p> <p>(E) explanação lógica e coerente, a partir de conceitos sobre o assunto, de elementos inerentes à prática dos Poderes num regime democrático.</p>	<p>8. ... encarregadas de fazer <u>com que</u> as rotinas administrativas essenciais à vida em comum sejam realizadas com certa eficiência e autonomia. (final do texto)</p> <p>A expressão grifada acima preenche corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Muitos políticos duvidavam ..... fosse possível chegar a um consenso naquela questão.</p> <p>(B) A prática política ..... os idealistas sonhavam mostrou-se ineficaz diante de tantos conflitos.</p> <p>(C) O regime democrático, ..... são respeitadas as liberdades individuais, foi finalmente restabelecido naquele país.</p> <p>(D) Esperava-se apenas a publicação oficial das normas ..... se marcasse a data das eleições.</p> <p>(E) Nem sempre, em um regime democrático, são tomadas as decisões ..... a maioria espera.</p>
<p>5. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:</p> <p>(A) <i>O século XX escolheu a democracia como forma predominante de governo e, para legitimá-la, as eleições pelo voto da maioria.</i></p> <p>(B) <i>Assim como a confiança entre pessoas, legitimidade é uma entidade invisível. Mas ela contribui para a formação da própria essência da democracia...</i></p> <p>(C) <i>Quanto mais marcadas por divisões sociais e por incertezas, mais as sociedades produzem conflitos e necessitam de lideranças que busquem consensos.</i></p> <p>(D) <i>Mas também não há democracia sem o Poder Judiciário, encarregado de nos lembrar e impor um sistema legal...</i></p> <p>(E) <i>Como o papel do Poder Executivo é agir com prontidão, não lhe é possível gerir a democracia sem praticar arbitragens e fazer escolhas.</i></p>	<p>9. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:</p> <p>(A) A sociedade deve reconhecer os princípios e valores que determinam as escolhas dos governantes, para conferir legitimidade a suas decisões.</p> <p>(B) A confiança dos cidadãos em seus dirigentes devem ser embasados na percepção dos valores e princípios que regem a prática política.</p> <p>(C) Eleições livres e diretas é garantia de um verdadeiro regime democrático, em que se respeita tanto as liberdades individuais quanto as coletivas.</p> <p>(D) As instituições fundamentais de um regime democrático não pode estar subordinado às ordens indiscriminadas de um único poder central.</p> <p>(E) O interesse de todos os cidadãos estão voltados para o momento eleitoral, que expõem as diferentes opiniões existentes na sociedade.</p>
<p>6. ... a sua capacidade de <u>encarnar</u> valores e princípios... (2º parágrafo)</p> <p>A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:</p> <p>(A) <i>Mas ela contribui para a formação da própria essência da democracia ...</i></p> <p>(B) <i>Afinal, a democracia repousa sobre a ficção ...</i></p> <p>(C) <i>O consentimento de todos seria a única garantia indiscutível ...</i></p> <p>(D) <i>... mais as sociedades produzem conflitos ...</i></p> <p>(E) <i>... e necessitam de lideranças ...</i></p>	<p>10. <i>Foi bem-vinda a voz de um poder administrativo independente.</i></p> <p><i>A voz de um poder administrativo independente encarna o interesse geral.</i></p> <p><i>O poder administrativo independente atenua a legitimidade imperfeita da democracia.</i></p> <p>As frases acima articulam-se em um único período, com clareza, lógica e correção, em:</p> <p>(A) Foi bem-vinda a voz de um poder administrativo independente, cuja a voz encarna o interesse geral, na atenuação da legitimidade imperfeita da democracia.</p> <p>(B) A voz de um poder administrativo independente de que está encarnando o interesse geral, está também atenuando a legitimidade imperfeita da democracia.</p> <p>(C) Atenuando a legitimidade imperfeita da democracia, e sendo bem-vinda a voz de um poder administrativo independente, de onde se encarna o interesse geral.</p> <p>(D) A voz de um poder administrativo independente, que encarna o interesse geral, foi bem-vinda para atenuar a legitimidade imperfeita da democracia.</p> <p>(E) Como o poder administrativo independente atenua a legitimidade imperfeita da democracia, deve ser bem-vinda a voz desse poder encarnando o interesse geral.</p>
<p>7. ... valores e princípios que <u>sejam percebidos</u> pela sociedade como tais. (2º parágrafo)</p> <p>Transpondo para a voz ativa a frase acima, o verbo passará a ser, corretamente,</p> <p>(A) perceba.</p> <p>(B) foi percebido.</p> <p>(C) tenham percebido.</p> <p>(D) devam perceber.</p> <p>(E) estava percebendo.</p>	

**Noções de Informática**

11. A alça de preenchimento, quando exibida em uma célula selecionada de uma planilha Excel 2003, poderá ser utilizada para copiar o conteúdo da célula selecionada
- (A) apenas para as células adjacentes, seja no sentido tanto horizontal quanto no sentido vertical, simultaneamente.
  - (B) apenas para as células adjacentes, somente em um sentido, horizontal ou vertical.
  - (C) apenas para as células não adjacentes, somente em um sentido, horizontal ou vertical.
  - (D) para células adjacentes ou não, seja no sentido horizontal e/ou no sentido vertical.
  - (E) para células adjacentes ou não, somente em um sentido, horizontal ou vertical.
12. Dentro de um documento Word 2003, a formatação de um parágrafo, a partir da margem esquerda, que provoca o recuo para a direita de todas as linhas do parágrafo, exceto a primeira, exige a especificação da medida do recuo depois de clicar em
- (A) Primeira linha do recuo especial.
  - (B) Primeira linha do recuo esquerdo.
  - (C) Deslocamento do recuo esquerdo.
  - (D) Deslocamento do recuo especial.
  - (E) Deslocamento do recuo direito.
13. O sistema de arquivos mais simples e compatível com praticamente todos os sistemas operacionais Windows e também com dispositivos como câmeras, *palmtops*, celulares e mp3 *players* denomina-se
- (A) EXT3.
  - (B) NTFS.
  - (C) HPFS.
  - (D) FAT32.
  - (E) FAT16.
14. Na barra de endereços da janela do Windows Explorer, no sistema operacional Windows XP, pode-se digitar
- (A) endereços da Web, apenas.
  - (B) caminhos de pastas e arquivos, apenas.
  - (C) endereços da Web, caminhos de pastas e arquivos ou selecionar pastas no botão de opções do lado direito da barra.
  - (D) endereços da Web ou selecionar pastas no botão de opções do lado direito da barra, apenas.
  - (E) endereços da Web ou caminhos de pastas e arquivos, apenas.
15. A velocidade das redes de computadores normalmente é medida em megabits por segundo (Mbps), que pode ser indicada em gigabits por segundo (Gbps) ou megabytes por segundo (MB/s). Uma rede com velocidade de 1 Gbps corresponde a uma taxa de transmissão teórica de
- (A) 1000 Mbps ou 12,5 MB/s.
  - (B) 1000 Mbps ou 125 MB/s.
  - (C) 125 Mbps ou 1024 MB/s.
  - (D) 100 Mbps ou 1000 MB/s.
  - (E) 12,5 Mbps ou 1024 MB/s.

**Noções de Arquivologia**

16. Sobre o ciclo vital dos arquivos de instituições públicas é correto afirmar:
- (A) Os documentos correntes se destinam à consulta de agentes internos e externos, graças à divulgação de seu conteúdo em instrumentos de pesquisa.
  - (B) A avaliação deve ocorrer na fase permanente, quando os documentos não mais interessam ao órgão produtor e podem ser facilmente descartados.
  - (C) Os depósitos intermediários servem para armazenar documentos com mais de cinco anos, quando deixam de ter qualquer valor probatório.
  - (D) As ações de conservação e restauração de documentos, com vistas à sua longa duração, são típicas da primeira idade.
  - (E) A vigência e a frequência de uso determinam a permanência dos arquivos correntes junto aos órgãos produtores.
17. Aos serviços de protocolo cabe, entre outras atividades,
- (A) acondicionar documentos de valor histórico.
  - (B) cuidar da tramitação dos documentos.
  - (C) armazenar documentos em fase intermediária.
  - (D) estabelecer regras de acesso aos documentos.
  - (E) aprovar tabelas de temporalidade de documentos.
18. Relatório, relatório de viagem, rascunho, filme e livro são, respectivamente, exemplos de
- (A) gênero, formato, suporte, espécie e tipo.
  - (B) forma, formato, gênero, tipo e espécie.
  - (C) suporte, formato, espécie, gênero e tipo.
  - (D) espécie, tipo, forma, suporte e formato.
  - (E) tipo, espécie, formato, suporte e gênero.
19. O lugar exato ocupado pelas unidades de arquivamento, num acervo, é controlado
- (A) pelo registro topográfico.
  - (B) pela relação de recolhimento.
  - (C) pelo inventário analítico.
  - (D) pelo guia de fontes.
  - (E) pela relação de transferência.
20. O grau de concentração de íons de hidrogênio (pH) num suporte permite defini-lo como
- (A) opaco ou transparente.
  - (B) claro ou escuro.
  - (C) ácido ou alcalino.
  - (D) seco ou úmido.
  - (E) velho ou novo.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Noções de Direito Constitucional**

21. No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, é correto afirmar que:

- (A) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- (B) Constitui crime afiançável e prescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (C) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente após cinco dias de sua prisão.
- (D) É proibida a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva.
- (E) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, sendo lícito invocá-las para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

22. Com relação aos Direitos Sociais é INCORRETO afirmar que é direito do trabalhador urbano e rural:

- (A) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, tendo sempre direito de participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (B) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (C) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (D) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- (E) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

23. Sobre os Estados Federados é correto afirmar:

- (A) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao sextuplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e nove, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais abaixo de doze.
- (B) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (C) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (D) Compete ao Congresso Nacional dispor sobre os regimentos internos das Assembleias Legislativas e respectivas polícias e dos serviços administrativos de suas secretarias, e prover os respectivos cargos.
- (E) Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, incluídas, em regra, as decorrentes de obras da União.

24. Quanto aos Municípios, considere as seguintes assertivas:

- I. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- II. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de onze Vereadores, nos Municípios de até quinze mil habitantes.
- III. Nos Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- IV. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do Município.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

25. Com relação ao Distrito Federal é correto afirmar que, dentre outras situações,

- (A) é governado por Deputado Federal escolhido pela Câmara dos Deputados.
- (B) é permitida sua divisão em Municípios.
- (C) não possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.
- (D) lei estadual disporá sobre a utilização por seu Governo das polícias civil e militar.
- (E) reger-se-á por lei orgânica.

26. Sobre o Poder Legislativo é correto afirmar que

- (A) cada Estado e o Distrito Federal elegerão quatro Senadores, com mandato de oito anos.
- (B) o número total de Deputados Federais, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei ordinária.
- (C) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio minoritário.
- (D) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (E) a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por três e quatro oitavos.



27. No tocante ao Poder Executivo, considere as seguintes assertivas:

- I. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- II. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até sessenta dias após a proclamação do resultado.
- III. Se, decorridos trinta dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- IV. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

Está INCORRETO o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

28. Com relação ao Supremo Tribunal Federal é correto afirmar que

- (A) compõe-se de doze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) poderá, de ofício, mediante decisão de um terço dos seus membros, aprovar súmula que terá efeito vinculante.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de dezessete membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (E) o Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente da República e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Procurador Geral da República.

29. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á de, no mínimo,

- (A) nove membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto.
- (B) quatro juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (C) três juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto.
- (E) cinco juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

30. No tocante aos Tribunais Regionais Eleitorais é correto afirmar que

- (A) os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por três anos, no mínimo, e nunca por mais de três triênios consecutivos.
- (B) elegerão seus Presidentes e Vices-Presidentes dentre os representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e da Ordem dos Advogados.
- (C) lei ordinária disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.
- (D) os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias, mas serão removíveis.
- (E) também são compostos por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

#### Noções de Direito Eleitoral

31. A respeito do registro de candidatos é correto afirmar que

- (A) a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse.
- (B) os partidos políticos ou coligações não poderão substituir candidatos registrados que, posteriormente ao registro, forem considerados inelegíveis.
- (C) os partidos políticos não poderão solicitar à Justiça Eleitoral o cancelamento do registro de candidatos que dele tiverem sido expulsos.
- (D) o requerimento de registro de candidatos é atribuição exclusiva dos partidos políticos e coligações, não podendo os candidatos fazê-lo diretamente em nenhuma hipótese.
- (E) os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número identificador do partido ao qual estiverem filiados, acrescido de dois algarismos à direita.

32. As convenções para a escolha de candidatos

- (A) serão presididas pelo Juiz Eleitoral competente.
- (B) deverão ser feitas de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições.
- (C) só poderão ser realizadas em prédios particulares, vedada a utilização de prédios públicos.
- (D) que causarem danos aos prédios públicos serão anuladas, arcando a Justiça Eleitoral com a respectiva indenização.
- (E) serão presididas pelo Ministério Público Eleitoral.

33. Os partidos políticos

- (A) podem não ter caráter nacional, sendo lícita a subordinação a entidades ou governos estrangeiros.
- (B) não têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.
- (C) adquirem personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) com registro no Tribunal Superior Eleitoral poderão credenciar delegados perante o Juiz Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) não podem ser incorporados uns pelos outros, situação que leva à extinção de ambos.



<p>34. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido, pelo menos,</p> <p>(A) no primeiro dia útil do ano em que se realizarem as eleições.</p> <p>(B) seis meses antes da data fixada para as eleições majoritárias.</p> <p>(C) um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.</p> <p>(D) três meses antes da data fixada para as eleições proporcionais.</p> <p>(E) até o dia da convenção para escolha de candidatos.</p>	<p>40. A autoexecutoriedade, como um dos atributos do ato administrativo,</p> <p>(A) afasta a apreciação judicial do ato.</p> <p>(B) existe em todos os atos administrativos.</p> <p>(C) é a qualidade do ato que dá ensejo à Administração Pública de, direta e imediatamente, executá-lo.</p> <p>(D) significa que a Administração Pública tem a possibilidade de, unilateralmente, criar obrigações para os administrados.</p> <p>(E) implica o reconhecimento de que, até prova em contrário, o ato foi expedido com observância da lei.</p>
<p>35. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os</p> <p>(A) maiores de dezoito anos.</p> <p>(B) funcionários da Justiça Eleitoral.</p> <p>(C) candidatos a cargos eletivos nas eleições majoritárias.</p> <p>(D) candidatos a cargos eletivos nas eleições proporcionais.</p> <p>(E) analfabetos.</p>	<p>41. Sobre atos administrativos, considere:</p> <p>I. Ato que resulta da manifestação de um órgão, mas cuja edição ou produção de efeitos depende de outro ato, acessório.</p> <p>II. Ato que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um único ato.</p> <p>III. Atos que a Administração impõe coercitivamente aos administrados, criando para eles, obrigações ou restrições, de forma unilateral.</p> <p>Esses conceitos referem-se, respectivamente, aos atos</p> <p>(A) compostos, complexos e de império.</p> <p>(B) de império, coletivos e externos.</p> <p>(C) complexos, compostos e de gestão.</p> <p>(D) complexos, coletivos e individuais.</p> <p>(E) compostos, externos e individuais.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Administrativo</b></p> <p>36. Quando se afirma que o particular pode fazer tudo o que a lei não proíbe e que a Administração só pode fazer o que a lei determina ou autoriza, estamos diante do princípio da</p> <p>(A) legalidade.</p> <p>(B) obrigatoriedade.</p> <p>(C) moralidade.</p> <p>(D) proporcionalidade.</p> <p>(E) contradição.</p>	<p>42. A regra prevista na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) segundo a qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, traduz o princípio da</p> <p>(A) legalidade.</p> <p>(B) vinculação ao instrumento convocatório.</p> <p>(C) impessoalidade.</p> <p>(D) moralidade.</p> <p>(E) igualdade.</p>
<p>37. A imposição de que o administrador e os agentes públicos tenham sua atuação pautada pela celeridade, perfeição técnica e economicidade traduz o dever de</p> <p>(A) agir.</p> <p>(B) moralidade.</p> <p>(C) prestação de contas.</p> <p>(D) eficiência.</p> <p>(E) obediência.</p>	<p>43. NÃO se incluem dentre as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93, a de</p> <p>(A) leilão, a de concurso e a de menor preço.</p> <p>(B) menor preço, a de convite e a de leilão.</p> <p>(C) concorrência, a de concurso e a de convite.</p> <p>(D) melhor técnica, a de convite e a de técnica e preço.</p> <p>(E) menor preço, a de melhor técnica e a de técnica e preço.</p>
<p>38. O ato administrativo praticado com fim diverso daquele objetivado pela lei ou exigido pelo interesse público caracteriza</p> <p>(A) excesso de poder.</p> <p>(B) desvio de finalidade.</p> <p>(C) perda da finalidade.</p> <p>(D) mera inadequação da conduta.</p> <p>(E) crime de desvio de poder.</p>	<p>44. Sobre a formalização dos contratos administrativos é correto afirmar:</p> <p>(A) Quando não for obrigatório, o instrumento do contrato pode ser substituído, dentre outros documentos, pela nota de empenho de despesa.</p> <p>(B) A minuta do futuro contrato não precisa integrar o edital ou ato convocatório da licitação na modalidade tomada de preços.</p> <p>(C) O contrato verbal com a Administração é permitido na modalidade convite, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.</p> <p>(D) A eficácia do contrato administrativo independe da sua publicação na imprensa oficial.</p> <p>(E) A ordem de execução de serviço não é instrumento hábil a substituir o instrumento do contrato, mesmo quando este não seja obrigatório.</p>
<p>39. Sobre o motivo, como requisito do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) motivo e móvel do ato administrativo são expressões que não se equivalem.</p> <p>(B) motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.</p> <p>(C) a sua ausência invalida o ato administrativo.</p> <p>(D) motivo é a causa imediata do ato administrativo.</p> <p>(E) motivo e motivação do ato administrativo são expressões equivalentes.</p>	



45. Sobre as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), considere:

- I. É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- II. É dispensável a licitação para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
- III. É dispensável a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- IV. É inexigível a licitação na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- V. É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III e IV.

#### Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

46. Antonia, servidora pública federal, recebeu R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de diárias. Entretanto, atendendo a ordens superiores, não houve necessidade de afastar-se da sede. Nesse caso, no que se refere às diárias, Antonia

- (A) ficará obrigada a restituí-las, integralmente, no prazo de cinco dias.
- (B) deverá restituí-las, pela metade, no prazo de cinco dias.
- (C) não deverá restituí-las, por ter cumprido ordens superiores.
- (D) poderá compensar um terço do valor como dias trabalhados, mas restituindo o saldo.
- (E) deverá restituí-las, de imediato, no valor de dois terços e o restante até trinta dias.

47. Eduardo, técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral teve duas faltas, posteriormente justificadas, durante o mês de dezembro de 2009, em razão de enchentes provocadas por chuvas intensas. Nesse caso, é correto afirmar que as faltas justificadas decorrentes de

- (A) casos fortuitos não poderão ser compensadas, face a continuidade do serviço público, mas serão consideradas como efetivo exercício.
- (B) força maior devem ser compensadas pela autoridade, mas não poderão ser consideradas como efetivo exercício.
- (C) caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
- (D) caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas, desde que assim entenda o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, mas não consideradas como efetivo exercício.
- (E) força maior serão obrigatoriamente compensadas pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e consideradas como efetivo exercício.

48. Analise as penalidades previstas para as condutas abaixo, praticadas por servidores públicos federais.

- I. Milton está sendo responsabilizado por incontinência pública.
- II. Vânia está sendo responsabilizada por retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, vários documentos da secretaria do órgão público.

Nesses casos, serão passíveis, respectivamente, das penas de

- (A) suspensão e advertência.
- (B) demissão e suspensão.
- (C) suspensão e multa.
- (D) destituição do cargo e multa.
- (E) demissão e advertência.

49. Míriam, na qualidade de parte e como titular de direitos, em processo administrativo que tramita junto ao Tribunal Regional Eleitoral, interpôs recurso cabível. Nesse caso, o recurso deve ser conhecido, ainda que,

- (A) tenha ocorrido o esgotamento da esfera administrativa.
- (B) seus interesses sejam indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- (C) não seja detentora de legitimidade recursal.
- (D) o recurso tenha sido interposto fora do prazo legal.
- (E) o recurso tenha sido interposto perante órgão incompetente.

50. Órgão administrativo e seu titular, do Tribunal Regional Eleitoral, por não haver impedimento, pretendem delegar parte de sua competência a outro órgão ou titular de sua estrutura administrativa. Nesse caso, o titular do órgão delegante deve saber que poderá ser objeto de delegação, entre outros,

- (A) a decisão de recursos administrativos.
- (B) as matérias de competência exclusiva do órgão.
- (C) a edição de atos de caráter normativo.
- (D) a edição de atos de natureza negocial.
- (E) as matérias de competência exclusiva da autoridade, somente.





**Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**

Atenção: As questões de números 51 a 60 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

51. O Tribunal é composto, dentre outros, de
- (A) um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal.
  - (B) dois Juízes Federais escolhidos pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) um Juiz, nomeado pelo Presidente da República, após escolha em lista tríplice elaborada pelo Tribunal Regional Eleitoral.
  - (D) um Juiz indicado pelo Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça local, dentre Juízes Eleitorais.
  - (E) dois Juízes indicados pelo Conselho Nacional de Justiça, após escolha em lista sêxtupla do Tribunal Regional Eleitoral.

52. O Presidente do Tribunal será escolhido mediante eleição pelos seus pares, dentre os
- (A) seus membros mais antigos para mandato de um ano, permitida a recondução por mais um ano.
  - (B) seus membros e exercerá o cargo por dois anos, vedada a reeleição.
  - (C) Juízes indicados pelo Presidente da República para mandato de três anos, vedada a reeleição.
  - (D) dois Desembargadores do Tribunal de Justiça e exercerá o cargo por dois anos, podendo ser reeleito.
  - (E) dois Juízes Federais, indicados pelo Tribunal de Justiça, para mandato de um ano, vedada a reeleição.

53. Quanto aos Juízes do Tribunal é certo que, dentre outras hipóteses,
- (A) ao se aposentar em ano eleitoral, sendo magistrado, não perderá a função eleitoral.
  - (B) se ocorrer a nomeação do juiz no período de férias, a posse só poderá ser efetuada perante o Presidente, lavrando-se compromisso no livro especial.
  - (C) salvo por motivo justificado, servirão por um ano, permitida a recondução ininterrupta.
  - (D) a posse realizar-se-á dentro do prazo de quinze dias contados da data do despacho que formalizou a sua escolha.
  - (E) haverá necessidade de nova posse no prazo de quarenta e cinco dias da publicação da escolha, ainda quando a recondução de juiz se operar sem interrupção do exercício.

54. O Tribunal deliberará com a presença mínima de
- (A) três Juízes, incluindo o Vice-Presidente, excluídos nesse número os suplentes.
  - (B) quatro Juízes, não sendo computado nesse número o Presidente da sessão, incluídos os suplentes.
  - (C) três Juízes, computando-se nesse número o Corregedor-Geral Eleitoral.
  - (D) cinco Juízes, computando-se na contagem os suplentes e excluído o Presidente da Sessão.
  - (E) cinco Juízes, computando-se nesse número o Presidente da sessão.

55. Nos casos de conflitos de competências entre Juízes ou Juntas Eleitorais suscitados ao Tribunal, instruído o processo, ou findo o prazo sem que tenham sido prestadas as informações solicitadas, o Relator mandará ouvir o Procurador Regional Eleitoral, que se pronunciará no prazo de

- (A) cinco dias.
- (B) sete dias.
- (C) nove dias.
- (D) dez dias.
- (E) quinze dias.

56. Quanto ao recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral previsto no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral é correto afirmar:

- (A) Em caso de declaração de inelegibilidade, o prazo para recurso começará a correr da data da publicação dos candidatos eleitos.
- (B) Na hipótese de recurso contra expedição de diploma, o prazo de cinco dias contar-se-á da data do ato de proclamação dos eleitos.
- (C) O prazo para a sua interposição é de três dias, contado da data da publicação da decisão.
- (D) No prazo máximo de quarenta e oito horas, após a juntada das razões do recorrente, serão os autos remetidos ao Superior Tribunal Eleitoral.
- (E) Caberá recurso ordinário das decisões que concederem *habeas corpus* e mandado de segurança.

57. Quanto ao processo disciplinar previsto nesse Regimento Interno do Tribunal, considere:

- I. A pena de advertência será aplicada reservadamente, por escrito, no caso de negligência no cumprimento dos deveres do cargo.
- II. Instaurado o processo administrativo, será citado o magistrado a apresentar suas alegações finais no prazo de três dias no caso de censura e cinco dias no caso de advertência.
- III. A decisão, no sentido da penalização do Magistrado, será tomada pelo voto da maioria do Tribunal.
- IV. Com ou sem as alegações de defesa do Magistrado, serão os autos conclusos ao Procurador Regional Eleitoral que, em até trinta dias, os porá em mesa para julgamento.
- V. O julgamento disciplinar será Presidido pelo Corregedor-Geral do Tribunal, que se pronunciará apenas em caso de empate na votação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, III e V.
- (D) II e IV.
- (E) IV e V.



58. O prazo para serem opostos embargos de declaração aos acórdãos proferidos pelo Tribunal é de
- (A) três dias, contados da publicação do acórdão.
  - (B) cinco dias, contados da intimação pessoal da parte.
  - (C) sete dias, contados da baixa do acórdão em cartório.
  - (D) quarenta e oito horas, contadas da assinatura do acórdão.
  - (E) vinte e quatro horas, contadas do término da sessão de julgamento.
59. Nos procedimentos relativos aos impedimentos e suspeições previstos nesse Regimento Interno do Tribunal é INCORRETO afirmar:
- (A) Será ilegítima a arguição de suspeição ou impedimento quando o arguente a tiver provado ou, depois de manifestada a causa, praticar ato que importe a aceitação do juiz recusado.
  - (B) Não aceitando a suspeição ou impedimento, o juiz continuará vinculado ao feito. Neste caso, será suspenso o julgamento até a solução do incidente, que será autuado em apartado, com designação de Relator.
  - (C) Não poderá o juiz, dar-se por suspeito, sob o argumento da existência de motivo de ordem íntima que, em consciência, o iniba de julgar.
  - (D) A afirmação de suspeição ou impedimento pelo arguido, ainda por outro fundamento, põe fim ao incidente.
  - (E) Se a suspeição ou impedimento for de manifesta impropriedade, o Relator a rejeitará liminarmente. Desta decisão caberá agravo regimental para o Tribunal.
60. Dentre outras atribuições, compete ao Procurador Regional Eleitoral de Alagoas:
- (A) apreciar, em grau de recurso, as decisões do Diretor Geral.
  - (B) designar Juízes Eleitorais para presidirem as mesas receptoras, nas eleições suplementares.
  - (C) organizar, anualmente, com a aprovação do Tribunal, a lista das substituições dos Juízes Eleitorais, e modificá-la, quando necessário.
  - (D) admitir e encaminhar ao Tribunal Superior, quando for o caso, os recursos interpostos das decisões do Tribunal.
  - (E) exercer a ação penal pública em todos os feitos da competência originária do Tribunal.
- Noções de Administração Pública**
61. Importante instrumento de complementação da democracia representativa, que estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão municipal:
- (A) Orçamento Social.
  - (B) Orçamento Participativo.
  - (C) Orçamento Democrático.
  - (D) Orçamento Fiscal.
  - (E) Orçamento Deliberativo.
62. O programa criado pela Controladoria Geral da União, cujo objetivo é fazer com que o cidadão, no município, atue para a melhor aplicação dos recursos públicos, denomina-se:
- (A) Aonde vai o Dinheiro Público.
  - (B) De Olho no Orçamento Público.
  - (C) Controlando o Dinheiro Público.
  - (D) Olho Vivo no Dinheiro Público.
  - (E) Olho Vivo no Orçamento Público.
63. No âmbito da Administração Pública é correto afirmar:
- (A) Na Administração Pública Burocrática os resultados da ação do Estado são considerados bons porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas.
  - (B) A diferença fundamental entre a Administração Pública Gerencial e a Burocrática está na rigorosa profissionalização da administração pública, que deixa de ser um princípio fundamental.
  - (C) A diferença fundamental entre o modelo de Administração Pública Burocrática e o Gerencial está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados.
  - (D) Na Administração Pública Patrimonialista os resultados da ação do Estado são considerados bons porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros.
  - (E) Na Administração Pública Burocrática a estratégia volta-se para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade.
64. Os encargos, poderes, deveres e direitos atribuídos aos órgãos, aos cargos e também aos agentes públicos, intitulam-se, no campo de ação da Administração Pública, de
- (A) atribuição.
  - (B) designação.
  - (C) carreira.
  - (D) cargo.
  - (E) função.
65. O retorno do servidor aposentado ao quadro de pessoal da ativa, devido à constatação de não mais persistirem as condições que deram causa a sua aposentadoria, denomina-se:
- (A) Recontração.
  - (B) Nomeação.
  - (C) Recondição.
  - (D) Reversão.
  - (E) Reintegração.
66. O retorno do servidor ao cargo do qual era titular, em função da invalidação da decisão administrativa, denomina-se:
- (A) Reintegração.
  - (B) Aproveitamento.
  - (C) Disponibilidade.
  - (D) Recontração.
  - (E) Recondição.



67. A forma de provimento quando o agente, devido à limitação física, adquirida no exercício das funções do cargo de origem, passa a exercer atribuições compatíveis com a sua situação atual, é chamada de
- (A) reversão.
  - (B) recondução.
  - (C) readaptação.
  - (D) recolocação.
  - (E) transposição.
68. O governo Federal está desenvolvendo um projeto que consiste na obtenção de uma rede de comunicação de voz, dados e imagens de alta velocidade, com abrangência nacional, o que irá permitir a integração de todos os órgãos da administração pública federal no País, denominado:
- (A) E-Brasil.
  - (B) Brasil Online.
  - (C) Rede Brasil.
  - (D) Web Brasil.
  - (E) Infovia Brasil.
69. Buscando oferecer equipamentos de informática reconicionados, em plenas condições operacionais, para apoiar a disseminação de telecentros comunitários e a informatização das escolas públicas e bibliotecas, a administração federal e seus parceiros, estão desenvolvendo o projeto:
- (A) IB – Informatização Brasil.
  - (B) CI – Computadores para Inclusão.
  - (C) Brasil e-gov.
  - (D) Web Brasil.
  - (E) BD – Brasil Digital.
70. A Lei Complementar nº 131/2009 que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência pública, determina a disponibilização de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa Lei estabelece que todos os gastos e receitas públicos deverão ser divulgados em meios eletrônicos. O prazo para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes se adequarem a nova norma é de
- (A) seis meses.
  - (B) quatro anos.
  - (C) três anos.
  - (D) dois anos.
  - (E) um ano.